

*Congresso Nacional*

# Maciel afirma que governo terá de negociar com oposição “cada votação”

por Adriana Vasconcelos  
de Brasília

“Essa foi a semana mais produtiva do Congresso este ano”, disse ontem o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, numa alusão às votações do projeto do salário mínimo, da medida provisória que aprovou a reforma ministerial implantada pelo Palácio do Planalto, do projeto que coibe os atos ilícitos no serviço público e do que dá novos subsídios para a agricultura — este aprovado ontem na Câmara.

Para o líder do governo no Senado, senador Marco Maciel (PFL/PE), a vitória do Executivo foi um sinal claro de que “as coisas estão melhorando e que é muito mais fácil trabalhar com uma base parlamentar definida”. Ele reconhece, no entanto, que a maioria ainda não foi obtida, o que obrigará o Planalto a negociar com a oposição a cada votação importante.

Para a semana ser perfeita, segundo Bornhausen, só ficou faltando mesmo a aprovação, pelo Senado, do projeto de resolução que regulamentará a rolagem das dívidas dos estados e municípios. “Mas isso não

deve passar da próxima semana”, prevê o ministro, que ontem ficou sabendo que a matéria não foi votada pela Comissão de Assuntos Econômicos por causa de três pedidos de vistas do processo (ver matéria nessa página).

Quase 24 horas depois da

aprovação pela Câmara do projeto de lei do salário mínimo, sem as modificações propostas pelo Senado, que resultariam reajustes bimestrais para o mínimo, o ministro Bornhausen ainda comemorava a vitória governista.

O governo manteve o va-

lor proposto inicialmente, de Cr\$ 230 mil, e as correções quadrimestrais. Apesar do susto e das dificuldades enfrentadas no plenário do Senado e Câmara, Bornhausen acredita que a experiência foi importante. “Nós precisávamos desse teste, até para ver como nossa base parlamentar funcionaria. Ficou a experiência para as próximas votações importantes”, declarou o ministro. Ele ressaltou que na segunda votação do projeto do mínimo na Câmara optou por uma ação articulada com todos os ministros políticos do governo Collor: “Ao contrário da primeira votação, quando agi praticamente sozinho”.

Até mesmo o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, partiu para a luta, atrás de votos que pudesse garantir a derrubada da emenda do Senado. Ele, assim como Bornhausen, o ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, e o ministro-chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Ângelo Calmon de Sá, procuraram em especial o apoio dos governadores do PMDB, cujas respôstas foram fundamentais para a vitória da proposta governista.